

A “TEOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO” COMO UMA DAS DIMENSÕES DA IMATERIALIDADE DA CULTURA ASSEMBLEIANA

Valdinei Ramos Gandra¹

RESUMO

Em setembro de 2009, em uma inédita ação identitária, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, cujo órgão representativo é a Convenção Geral das Assembleias de Deus – CGADB e que tem como editora oficial a Casa Publicadora das Assembleias de Deus – CPAD, criou uma instituição para a preservação de seu patrimônio histórico cultural material, o Centro de Estudos do Movimento Pentecostal – CEMP. No entanto, não se percebe uma ação semelhante na preservação do seu patrimônio imaterial, tendo em vista que a cultura de determinado grupo também é perpassada pelas dimensões da imaterialidade. Um dos aspectos culturais da imaterialidade assembleiana é a “Teologia do Espírito”, entendido aqui como discursos e experiências religiosas relacionadas ao Espírito Santo. Ao instrumentalizar seu patrimônio histórico-cultural material como recurso identitário, a Assembleia de Deus passa a ressignificar sua identidade distanciando-se de sua mais cara significação cultural, a “Teologia Pentecostal do Espírito”.

Palavras-chave: Cultura material; cultura imaterial; teologia do Espírito Santo; Assembleia de Deus; CGADB.

¹ Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - MPCs pela Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE (2013); Licenciando em História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI); Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Sul Americana - FTSA (2007), graduação em Processos Gerenciais pela Faculdade Internacional de Curitiba FACINTER (2006). Atualmente é professor e coordenador do Curso Bacharel em Teologia da Faculdade Refidim. Participa do grupo de pesquisa “Imaterialidade da Cultura Material em uma Perspectiva Interdisciplinar” na linha de pesquisa “Patrimônio e Sustentabilidade”.

ABSTRACT

In September 2009, in an unprecedented identity action, the Assemblies of God Church, whose representative organ is the General Convention of the Assemblies of God – CGADB and has as official publishing house the Publishing House of the Assemblies of God – CPAD, created an institution for the preservation of its historical cultural material patrimony, the Center for the Pentecostal Movement Studies – CEMP. However, a similar action in the preservation of its immaterial patrimony, in the view that a group’s determined culture is also permeated with immaterial patrimony, cannot be seen. One of the immaterial cultural aspects in the Assemblies is the “Theology of the Spirit”, understood here as religious discourses and experiences related to the Holy Spirit. By instrumenting its historic-cultural material patrimony as identity resource, the Assemblies of God gives new meaning to its identity by distancing itself from its most significant cultural signification, the “Pentecostal Theology of the Spirit”.

Key-words: Material culture; immaterial culture; theology of the Holy Spirit; Assemblies of God.

INTRODUÇÃO

A título de esclarecimento, o presente artigo é decorrente da comunicação oral apresentada na 8ª Semana Acadêmica do Bacharel em Teologia da Faculdade Refidim que ocorreu entre os dias 19 e 23 de maio de 2014. É preciso esclarecer também que as reflexões apresentadas na Semana Acadêmica, e aprofundadas neste artigo, são provenientes da pesquisa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – MPCPS que resultou em dissertação defendida em 2013 sob o seguinte tema: “Patrimônio Cultural da Assembleia de Deus: memória e identidade na criação do Centro de Estudos do Movimento Pentecostal – CEMP”.² O foco principal da pesquisa foi o patrimônio cultural material da Assembleia

² Cf. GANDRA, Valdinei Ramos. *Patrimônio Cultural da Assembleia de Deus: memória e identidade na criação do Centro de Estudos do Movimento Pentecostal – CEMP*. Joinville, 2014. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade da Região de Joinville.

de Deus, tendo em vista que tratou do CEMP, que é uma instituição criada pela Casa Publicadora da Assembleia de Deus – CPAD para preservar o patrimônio histórico-cultural da Assembleia de Deus.

No entanto, ainda na pesquisa, surgiu a problemática referente ao patrimônio imaterial da Assembleia de Deus, ou seja, percebe-se uma ação patrimonial voltada para a materialidade da cultura assembleiana, porém, questiona-se, e as ações para a preservação da imaterialidade de sua cultura? Antes, porém, de tentar responder a referida questão, surge outro questionamento importante: de que imaterialidade se está questionando? Apesar da complexidade do tema, e por conta disso a necessidade de ampliar as pesquisas sobre assunto, este artigo busca introduzir algumas considerações introdutórias sobre o patrimônio imaterial da Assembleia de Deus. Para tanto, se orienta pelos teóricos dos estudos culturais, tendo em vista que apresentam importantes contribuições nos campos da memória, cultura, identidade, patrimônio, etc.

1 ASSEMBLEIA DE DEUS E O CAMPO RELIGIOSO PENTECOSTAL BRASILEIRO

Na primeira década do século XX chegaram ao Brasil os pioneiros do Movimento Pentecostal: o italiano Luigi Francescon (1866-1964), fundador da Congregação Cristã (1910) e os suecos Gunnar Vingren (1879-1933) e Daniel Berg (1884-1963), fundadores da Assembleia de Deus (1911). Estas duas Igrejas são classificadas como “pentecostalismo da primeira onda”³ ou “Pentecostalismo Clássico”.⁴ A principal característica

³ FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. Campinas: UNICAMP, 1993. 303 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1993. p. 66.

⁴ MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. p. 23-48.

do “pentecostalismo clássico” (“primeira onda”) em relação ao denominado “protestantismo histórico” (Luteranos, Anglicanos, Presbiterianos, Batistas, etc.), presente no Brasil desde a segunda década do século XIX, consistia na experiência do “Batismo com o Espírito Santo” com ênfase no “falar em línguas”, embora haja registros desta experiência em solo brasileiro antes mesmo da chegada dos fundadores do pentecostalismo brasileiro.⁵

No início da década de 50, o campo religioso pentecostal se fragmentaria com o impacto da “segunda onda do pentecostalismo”⁶, denominada também de “deuteropentecostalismo”⁷, representada pela Igreja Quadrangular (1951), Brasil Para Cristo (1955) e a Igreja Deus é Amor (1962). As principais características deste grupo, em relação aos da “primeira onda”, podem ser descritas da seguinte forma: ênfase na cura divina, apropriação do rádio na evangelização e uma maior abertura nas questões de “usos e costumes de santidade”, esta última característica não se aplicaria a Igreja Deus é Amor, muito rígida nas questões de usos e costumes.

No final da década de 70 surgiria, para abalar ainda mais o campo religioso pentecostal, uma “terceira onda do pentecostalismo”⁸ denominado de “neopentecostalismo”⁹, cujos principais expoentes são: Igreja Universal do Reino de Deus (1977), Igreja Internacional da Graça de Deus (1980) e Igreja Renascer em Cristo (1986). O “neopentecostalismo” também apresenta suas singularidades em relação aos “pentecostalismos” anteriores. Segundo Mariano¹⁰, as diferenças são: “exacerbação da guerra espiritual contra o diabo e seu séquito de anjos decaídos, pregação enfática da

⁵ Cf. SANTOS, Ismael dos. *Raízes de nossa fé*. Blumenau: Letra Viva, 1996. p. 30.

⁶ FRESTON, 1993, p. 66.

⁷ MARIANO, 2005. p. 23-48.

⁸ FRESTON, 1993, p. 66.

⁹ MARIANO, 2005, p. 23-48.

¹⁰ MARIANO, 2005, p. 36.

Teologia da Prosperidade¹¹ e a liberalização dos estereotipados usos e costumes de santidade”.

Pelo critério numérico, a maior representante do pentecostalismo no Brasil é a Assembleia de Deus, tendo em vista que em 2010 o número de assembleianos era de 12,3 milhões de pessoas (6,5% da população). Portanto, é a segunda maior denominação cristã do Brasil atrás somente da Igreja Católica. Porém, perde parte de sua força representativa pela fragmentação institucional, tendo em vista que é dividida por ministérios com suas respectivas convenções. Desse modo, só é possível nomeá-la no plural: Assembleias de Deus.¹² As duas maiores convenções em termos de representatividade são: Convenção Geral das Assembleias de Deus – CGADB e a Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil – CONAMAD, conhecida como ministério de Madureira, uma dissidência da CGADB. No caso do presente artigo, o objeto de análise é a Assembleia de Deus, cujo órgão representativo é a CGADB e que tem como editora oficial a Casa Publicadora das Assembleias de Deus – CPAD, assim, será usado no decorrer do artigo a sigla AD/CGADB/CPAD.

Se a “segunda onda do pentecostalismo” já havia provocado fragmentação no campo religioso pentecostal, a “terceira onda” radicalizou o processo, principalmente por causa da visibilidade midiática¹³, ocorrida tanto pela apropriação de canais de evangelização quanto pela hostilização

¹¹ A Teologia da Prosperidade caracteriza-se pelo discurso de que o cristão tem o direito de obter prosperidade na sua relação com Deus.

¹² Cf. ALENCAR. Gedeon Freire de. *Assembleias Brasileiras de Deus: teorização, história e tipologia* (1911-2011). São Paulo: PUC, 2012. 285 p. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 216-222.

¹³ É preciso salientar que tanto a “segunda onda” quanto a “terceira onda” exerceram influência em todo o campo religioso protestante, muitas igrejas “históricas” tornaram-se “pentecostais”, além disso, grupos dissidentes destas Igrejas fundaram comunidades “pentecostais”.

enfrentada pela suposta prática de charlatanismo. Desde então, para o bem ou para o mal, eles são assíduos frequentadores da mídia, de maneira que a matriz do “gospel midiático” é neopentecostal. Cabe salientar que a Assembleia de Deus tenta se desvencilhar das generalizações aplicadas ao campo religioso pentecostal ao ressignificar sua identidade de igreja pentecostal “clássica”¹⁴, algo que será discutido mais a frente. Assim, rejeita absorver os elementos simbólico-teológicos dos neopentecostais, tarefa difícil que foi assumida pelos produtores e reprodutores da teologia assembleiana concentrados particularmente na Casa Publicadora da Assembleia de Deus – CPAD. Apesar dos esforços empregados, é possível perceber a influência dos neopentecostais na Assembleia de Deus, como por exemplo, nos cultos de vitória, culto temático introduzido recentemente na liturgia assembleiana, estranho às suas tradições. Desse modo, busca uma acomodação às exigências religiosas contemporâneas com o mínimo de trauma identitário possível aos assembleianos, algo que será discutido na continuidade do artigo.

2 A IDENTIDADE ASSEMBLEIANA VIA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL TANGÍVEL

Segundo Castells¹⁵ a identidade cultural pode ser entendida como um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significados”. Desse modo, a AD/CGADB/CPAD recorrerá ao discurso da diferença, ou seja,

¹⁴ Cf. GANDRA, Valdinei Ramos. *A identidade da Assembleia de Deus: uma análise a partir da Carta de Campinas*. Azusa – Revista de Estudos Pentecostais. – v. II, n.2 (jul./2012) – Joinville: 2012. p. 19-34.

¹⁵ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade* (a era da informação: economia, sociedade e cultura) v.2. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 22.

tentará sinalizar as fronteiras do campo religioso pentecostal, atribuindo a si a designação de “Igreja Pentecostal Clássica”, não numa perspectiva sociológica, que aplica o conceito sem estabelecer distinções de valor, denotando apenas antiguidade ou pioneirismo histórico, mas, numa perspectiva teológico-apologética, apelando assim para o binômio “verdadeiro” e “falso”.

No entanto, para dar sustentabilidade ao conceito que relaciona o “clássico” com o “autêntico”, “verdadeiro” e “genuíno”, a AD/CGADB/CPAD realizará várias ações para fortalecer sua identidade e tentar se “desgarrar” da “imagem” dos neopentecostais. Uma delas é preservação do seu patrimônio histórico-cultural com a criação do Centro de Estudos do Movimento Pentecostal – CEMP, ou seja, instrumentaliza sua memória para garantir um mínimo de reserva identitária.¹⁶

Pode-se dizer que a “memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos”.¹⁷ Porém, os “agentes” do patrimônio assembleiano não poderiam contar com a memória coletiva fundada em monumentos, tendo em vista que os templos, com raras exceções, sempre tiveram uma característica funcional. Por causa do crescimento constante, derrubava-se com frequência o templo velho para erguer um novo, mais confortável e adaptável às exigências dos novos tempos. Mesmo porque, o caráter escatológico da Assembleia de Deus direcionava suas esperanças para a era vindoura, pois sempre apresentou pouco apego aos aspectos imanentes da vida, algo que vem mudando nas últimas décadas. Desse modo, a construção da memória coletiva assembleiana se dará pela forma científica fundada nos arquivos. Le Goff entende que:

¹⁶ Cf. GANDRA, 2014, p. 90-109.

¹⁷ LE GOFF. Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 535.

[...] para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, [o documento] será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito.¹⁸

Parece que a AD/CGADB/CPAD absorve esta perspectiva positivista, pois os documentos históricos que serão preservados no CEMP se apresentariam como “provas” de que a AD/CGADB/CPAD sempre se comprometeu com a teologia “clássica”. Assim, o que o CEMP procura preservar é em grande medida o patrimônio cultural material da Assembleia de Deus que atenda aos interesses do planejamento identitário estabelecido pelos “historiadores” da AD/CGADB/CPAD. A fragilidade identitária da AD/CGADB/CPAD é a oportunidade para a manipulação da memória, principalmente por via ideológica. Paul Ricoeur¹⁹ aponta para o fato de que os abusos da memória são abusos do esquecimento, pois por causa da mediação narrativa a memória é seletiva.

Assim, o CEMP está preparado para preservar os documentos históricos da Assembleia de Deus que legitimam sua suposta coerência doutrinária e que fundamentam também uma suposta identidade de “Pentecostalismo Clássico”. Entretanto, os esforços em fortalecer a identidade, materializando a memória, esbarram no caráter da tradição oral²⁰ da Assembleia de Deus, pois as memórias são transmitidas através de seus púlpitos espalhados pelo país. Situação que fragiliza as ações identitárias promovidas pela AD/CGADB/CPAD.

¹⁸ LE GOFF, 1996, p. 536.

¹⁹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: UNICAMP, 2008. p. 423-462.

²⁰ Cf. POMMERENING, Claiton Ivan. *A relação entre a oralidade e a escrita na teologia pentecostal: acertos, riscos e possibilidades*. 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2008.

Os conceitos de Jöel Candau, como memória geracional, prosopopeia memorial e a comemoração, apresentam interessante contribuição para a compreensão de como a AD/CGAD/CPAD instrumentaliza a memória no contexto das “tensões identitárias” que caracterizam o campo religioso pentecostal. Candau define a memória geracional da seguinte maneira:

A memória geracional é também uma memória de fundação que tem seu lugar no jogo identitário. A forma antiga é uma memória genealógica que se estende para além da família. Ela é a consciência de pertencer a uma cadeia de gerações sucessivas das quais o grupo ou o indivíduo se sente mais ou menos herdeiro. É a consciência de sermos os continuadores de nossos predecessores. Essa consciência do peso de gerações anteriores é manifesta em expressões de forte carga identitária, como “as gerações anteriores trabalharam por nós” ou “nossos antepassados lutaram por nós”, etc.²¹

Pode-se dizer que “A Carta de Campinas”²² aponta nesta direção, pois por intermédio do referido documento é possível entender como a AD/CGADB/CPAD tenta demonstrar sua “credibilidade teológica” por intermédio do discurso de continuidade com o evento fundante de seus “antepassados” pentecostais.

As Assembleias de Deus, ao longo de sua existência, tem esposado uma confissão teológica das mais perfeitas e ortodoxas que existem. O nosso pentecostalismo é fruto das manifestações do Espírito Santo ocorridas ao longo dos séculos, mormente, o movimento pentecostal moderno do início século 20. Por sua vez, encontrou ambiente propício em nossa pátria para instalar-

²¹ CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011. p.142.

²² Nos dias 26, 27, 28 de Agosto de 2010 a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil – CGADB e a Casa Publicadora das Assembleias de Deus – CPAD realizaram um Seminário de Reflexão Teológica em Campinas, sendo que no final deste evento foi elaborado o “Manifesto da Reflexão Teológica Pentecostal das Assembleias de Deus no Brasil – Carta de Campinas”, com o resumo das discussões em forma de apontamentos para o fortalecimento da Identidade Pentecostal Clássica. Disponível em: <<http://www.cpadnews.com.br/integra.php?s=12&i=4330>>. Acesso em: 15 out. 2012.

se e desenvolver-se, como em nenhuma outra parte da terra. Somos cristãos (religiosamente falando), herdeiros da teologia reivindicada pelos reformadores, mas ainda não conseguimos exercer influência no aspecto social do país. Corremos o perigo de tornarmo-nos orgulhosos e arrogantes por causa de nossa trajetória histórica. Temos uma estrutura lógica e bíblica, considerada pentecostalismo clássico, que, todavia, não é impedimento ao mover do Espírito Santo.²³

Percebe-se uma tentativa de ligar sua trajetória histórico-teológica aos eventos que legitimam o protestantismo, assim retoma ao passado comum da Reforma Protestante, entendendo-a como continuidade da “ação do Espírito Santo”. Além disso, destaca o fato de que “tem esposado uma confissão teológica das mais perfeitas e ortodoxas que existem”, portanto legítimos “herdeiros” dos que lutaram pela fé. Nesta linha, atribui sua “pureza” teológica ao compromisso dos fundadores da Assembleia de Deus. Algo que pode ser constatado na CPAD, local onde se encontra o CEMP, pois já na entrada principal da referida instituição, no lado esquerdo, encontra-se o Memorial das Assembleias de Deus no Brasil. É um espaço pequeno, no entanto, suficiente para mostrar a carga da memória geracional, pois é uma tentativa de ligação com os antepassados, pois celebra os principais nomes de sua história, em particular os fundadores, Daniel Berg e Gunnar Vingren. Na entrada do Memorial há dois bustos dos fundadores, além de pertences dos pioneiros, inclusive no local encontra-se a cama que pertenceu a Daniel Berg.

Em relação à prosopopeia memorial, Candau²⁴ afirma que ela apresenta várias características de “*exemplum*”, ou seja, “idealização, personagens-modelos nos quais são mascarados os defeitos e enaltecidas as qualidades, seleção de trações de caráter julgados dignos de imitação,

²³ Disponível em: <<http://www.cpadnews.com.br/integra.php?s=12&i=4330>>. Acesso em: 20 out. 2013.

²⁴ CANDAU, Joël, 2011, p.143.

‘lendas de vidas’ *post mortem* que podem fabricar deuses [...]”. Parece que o CEMP também segue este modelo de instrumentalização da memória, pois os personagens são idealizados e transformados em lendas, no entanto, em vida foram desprezados, como foi o caso de Daniel Berg que morreu no ostracismo. Por outro lado, a AD/CGADB/CPAD celebra também os vivos, há uma idealização do pastor Jose Wellington, presidente da AD/CGADB/CPAD há mais de 25 anos, pois recebeu até o direito de uma bibliografia que exalta suas qualidades de homem abdicado, símbolo vivo a ser seguido.

Já no conceito de comemoração, há elementos como: glorificação do passado, sentimento de continuidade, unificação das memórias, sentimento de uma cultura comum, revitalização, “enrijecimento”, “congelamento” da identidade quando ameaçada, enfim, mito fundante²⁵. Todos estes elementos estão presentes na origem da memorização assembleiana. Por exemplo, nota-se, a aplicação do termo genérico, Centro de Estudos do Movimento Pentecostal - CEMP, porém, a referida instituição abriga em quase sua totalidade apenas documentos históricos da Assembleia de Deus, algo constatado em visita ao local. Na página eletrônica da instituição é possível ler a seguinte informação atribuída ao diretor, pastor Isael Araújo: “o conteúdo do CEMP constitui-se de todos os documentos e impressos produzidos pela CPAD, CGADB e outras instituições de nossa denominação”. Desse modo, há uma tentativa de relacionar o movimento pentecostal com a AD/CGADB/CPAD, quando na verdade é bem mais amplo. Desse modo, há uma tentativa de glorificar o passado e incutir o sentimento de continuidade histórica.

Digno de nota também é a surpreendente disposição do CEMP/CPAD em disponibilizar seus arquivos para pesquisadores interessados na Assembleia de Deus. A abertura para as pesquisas parecem apontar

²⁵ CANDAU, Joël, 2011, p. 145.

para uma confiança de que as diferenças em relação aos neopentecostais serão esclarecidas com os estudos acadêmicos. Desse modo, parece usar seu patrimônio cultural como “arma identitária”.²⁶

Apesar do aparente sucesso na solidificação de uma suposta identidade de “Pentecostalismo Clássico” instrumentalizando seu patrimônio histórico-cultural material, a “identidade marginal”²⁷, que caracterizou a história da Assembleia de Deus, se esvai aos poucos, tendo em vista que há um distanciamento de uma das principais características da “marginalidade” assembleiana, a sua “Teologia do Espírito”.

3 “TEOLOGIA DO ESPÍRITO”: A IDENTIDADE ASSEMBLEIANA VIA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL INTANGÍVEL

O patrimônio cultural de determinado grupo não é composto apenas pela dimensão material, tangível, ou seja, pode-se dizer também que a cultura é permeada por imaterialidades, intangibilidades. Não numa perspectiva dicotômica, mas há um entrelaçamento entre as duas realidades. Assim, não se pode compreender a cultura apenas como a relação do homem com a natureza numa perspectiva materialista, esta não é a única dimensão do homem enquanto ser cultural.

Não obstante a relação entre cultura e a produção técnica, que possibilitou a exploração/dominação da natureza sob o imperativo da sobrevivência, restringi-la somente a esta dimensão material e racional da existência é um crasso erro de reducionismo. A razão instrumental não é a

²⁶ MAFRA, Clara. A “arma da cultura” e os “universalismos parciais”. *Mana*, vol.17, n.3, pp. 607-624, 2011.

²⁷ O referido conceito é usado por Gedeon Freire Alencar em: ALENCAR, Gedeon. *Assembleias de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial, 2010.

única via do humano. A relação com a natureza acontece sobre bases simbólicas.²⁸ Ressalva-se que a dicotomia entre cultura material e imaterial é apenas retórica, na prática não existe, pois elas se entrelaçam e se fundem na existência. Não é possível dividir a dimensão criativa do espírito humano, tendo em vista que ela se materializa sem perder a imaterialidade.

A materialidade é perpassada pela imaterialidade e vice-versa, conforme nos esclarece Marilena Chauí, ao definir os objetos do patrimônio cultural como semióforo:

Pessoas, lugares, objetos, animais, meteoros, constelações, acontecimentos, instituições, estandartes, pinturas em navios e em escudos, relíquias podem ser semióforos, pois um semióforo é alguma coisa ou algum acontecimento cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica, por seu poder para estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível, o sagrado e o profano, o presente e o passado, os vivos e os mortos e destinados exclusivamente à visibilidade e à contemplação porque é nisso que realizam sua significação e sua existência. Um semióforo é algo único (por isso dotado de aura) e uma significação simbólica dotada de sentido para uma coletividade. Mediador entre o visível e o invisível, é dotado de valor sacral e político, mas não de valor de uso.²⁹

Funari e Pelegrini, ao descrever sobre o patrimônio que o indivíduo recebe de seus antepassados em forma de testamento, seguem essa linha ao descrever elementos culturais que são transmitidos, porém, não passíveis de serem inventariados:

A esse sentido legal do termo, devemos acrescentar outro, não menos importante: o patrimônio espiritual. Quando pensamos no que recebemos de nossos antepassados, lembramo-nos não

²⁸ Cf. CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem: uma introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994. p. 7.

²⁹ CHAUI, Marilena. Natureza, cultura, patrimônio ambiental. In: LANNA, Ana Lúcia Duarte (Coord.). *Meio ambiente: patrimônio cultural da USP*. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Comissão de Patrimônio Cultural, 2003. p. 52.

apenas dos bens materiais, mas também da infinidade de ensinamentos e lições de vida que eles nos deixaram. A maneira de fazer nhoques – que não se resume à receita, guardada com cuidado no caderno com a letra da nossa querida mãe ou avó - o modo como sambamos (algo que nunca está em um caderninho!), os ditados e provérbios que sabemos de cor e que nos guiam por toda a vida são exemplos de um patrimônio imaterial inestimável.³⁰

Assim, pode-se pensar que a teologia, ou seja, discursos sobre o sagrado, para dizer o mínimo, é parte indissociável da imaterialidade da cultura, pois se enquadra na perspectiva de semióforo e patrimônio espiritual que é transmitido sem a possibilidade de inventariar, pois são legitimados na oralidade da tradição.

No caso dos assembleianos, há muitos objetos que identificam sua cultura, parte encontra-se preservados no CEMP, porém, a importância dos objetos depende da presença da “Teologia Pentecostal”, em particular de sua “Teologia do Espírito”, pois é a marca identitária da Assembleia de Deus. Entretanto, percebe-se que há um arrefecimento da referida teologia, como firma a Carta de Campinas: “perdemos ‘bandeiras históricas’, como, por exemplo, o anúncio do Evangelho Integral: Jesus salva, cura, batiza com o Espírito Santo e em breve voltará”.³¹

Parece que os “agentes da cultura assembleiana” conseguiram, por um lado, fortalecer a identidade assembleiana de “Pentecostalismo Clássico” via patrimônio cultural material, inclusive por uma política editorial teologicamente conservadora, em diálogo com uma teologia que nega a contemporaneidade dos dons carismáticos, que é a “Teologia

³⁰ FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009. p. 08-09.

³¹ Disponível em: <<http://www.cpadnews.com.br/integra.php?s=12&i=4330>>. Acesso em: 15 out. 2012.

Reformada”, supostamente coerente com a tradição teológica assembleiana, por outro lado, há um enfraquecimento da tradicional “espiritualidade” assembleiana, pois a liturgia influenciada pela “teologia da identidade”, não se identifica com o culto assembleiano tradicional, daí o descontentamento e o saudosismo dos mais velhos.

Pode-se dizer que o “batismo com o Espírito Santo” e também os dons carismáticos estão cada vez mais escassos, principalmente nas igrejas frequentadas pela classe média. Segundo Terry Eagleton, “a cultura como espiritualidade é corroída pela cultura como mercadoria, para dar origem à cultura como identidade”³², tendo em vista que a cultura como sublimação não consegue sair vitoriosa no embate com a cultura como gratificação libidinal. Eis o risco da instrumentalização da cultura como recurso identitário, pois a identidade, como elemento indissociável da cultura, não se cristaliza no tempo e no espaço, tendo em vista que não há identidades fixas. Por conta disso, quando os “agentes da cultura assembleiana” se debruçam sobre questões identitárias, denotam com isso que a identidade já não está mais assegurada, sinalizando assim a necessidade de uma reconstrução identitária, o “retorno as tradições” é apenas retórica, pois na verdade há um ajuste às novas demandas identitárias provocadas pelos neopentecostais, pois, segundo Tomaz Tadeu da Silva “as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade”.³³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das questões elencadas, como será a construção identitária da AD/CGADB/CPAD no que diz respeito a “Teologia do Espírito Santo”,

³² EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005. p. 106.

³³ SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (Org). Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75.

em particular ao “Batismo com o Espírito Santo” e os “Dons carismáticos”? Além disso, é possível pensar na identidade assembleiana sem levar em conta a “espiritualidade” assembleiana na experiência litúrgica? Não é possível responder as referidas questões de modo conclusivo, tendo em vista que a construção identitária da Assembleia de Deus está em curso, pode-se dizer, porém, que o processo não ocorrerá sem traumas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gedeon. *Assembleias de Deus: origem, implantação e militância* (1911-1946). São Paulo: Arte Editorial, 2010.

_____. *Assembleias brasileiras de Deus: teorização, história e tipologia* (1911-2011). São Paulo: PUC, 2012. 285 p. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem: uma introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade* (a era da informação: economia, sociedade e cultura) v.2. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Natureza, cultura, patrimônio ambiental. In: LANNA, Ana Lúcia Duarte (Coord.). *Meio ambiente: patrimônio cultural da USP*. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Comissão de Patrimônio Cultural, 2003.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. Campinas: UNICAMP, 1993. 303 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1993.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

GANDRA, Valdinei Ramos. A identidade da Assembleia de Deus: uma análise a partir da Carta de Campinas. *Azuza*. Revista de Estudos Pentecostais. – v. II, n.2 (jul./2012) – Joinville: Refidim, 2012. p. 19-34.

_____. *Patrimônio cultural da Assembleia de Deus: memória e identidade na criação do Centro de Estudos do Movimento Pentecostal – CEMP*. Joinville, 2014. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade da Região de Joinville.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

MAFRA, Clara. A “arma da cultura” e os “universalismos parciais”. *Mana*, vol.17, n.3, pp. 607-624, 2011.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

POMMERENING, Claiton Ivan. *A relação entre a oralidade e a escrita na teologia pentecostal: acertos, riscos e possibilidades*. 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2008.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: UNICAMP, 2008.

SANTOS, Ismael dos. *Raízes de nossa fé*. Blumenau: Letra Viva, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (Org). Petrópolis: Vozes, 2000.